

(CJT-162-142)
VUS/AB

Proc. 17 255-40
1942

Não compete à Justiça do Trabalho conhecer de dissídios e reclamações suscitadas entre empregados dos serviços da União Federal, das empresas por ela administradas e das que, de sua propriedade, são administradas pelos Estados (Dec. lei 4573, de 11-VI-942).

VISTOS E RELATADOS estes autos em que a Rede Mineira de Viação interpõe recurso extraordinário da decisão do Conselho Regional da 5ª. Região, que manteve a sentença do Juiz de Direito da Comarca de Lavras, julgando procedente a reclamação oferecida por Antônio Martins do Baixo, e outros, em virtude de diminuição de salários;

CONSIDERANDO que se trata de empresa enquadrada nos dispositivos do Dec. lei 4 573, de 11 de junho de 1942;

RESOLVE a Câmara de Justiça do Trabalho, por maioria de votos, (cinco contra dois), não tomar conhecimento do presente recurso.

Riode Janeiro, 24 de agosto de 1942.

a) Araujo Castro

Presidente

a) Marcial Dias Pequeno

Relator

a) Doryal Lacerda

Procurador

Assinado em

Publicado no Diário Oficial em 9 / 9 / 1942.